

Pastore admite a falta de alguns bancos no jumbo

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, admitiu ontem que alguns bancos credores ainda não assinaram os contratos que integram o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, mas reafirmou que o desembolso dos primeiros US\$ 3 bilhões ocorrerá no início de março, "restabelecendo a normalidade cambial do país". Pastore informou que o Brasil só iniciará a renegociação dos compromissos externos de 1985 quando tiver assegurado o ajuste interno de sua economia.

"Estamos praticamente encerrando o round de assinaturas do jumbo. Quase todos os bancos já assinaram" — observou o presidente do Banco Central, ao reiterar que os US\$ 6,5 bilhões serão "absolutamente suficientes" para fechar as contas externas deste ano, com acúmulo de reservas de US\$ 1 bilhão.

Em correspondência a Pastore, o presidente do Deutsche Bank, Wilfried Guth, manifestou "surpresa" e negou que, na semana passada, tenha feito "qualquer comentário sobre o desempenho ou situação da economia brasileira ou de outro país", conforme amplo noticiário da imprensa nacional e estrangeira.

Guth comunicou a Pastore o seu "empenho em preparar, nos próximos meses, novas fases de negociações para 1985, de tal forma que o processo possa

ser concluído rápido e eficientemente, quando se apresentar a ocasião". O presidente do Banco Central insistiu na observação de que "a eventual negociação" da dívida para 1985 somente será retomada no momento oportuno.

Para atenuar a sua imagem junto às autoridades brasileiras de crítico ferrenho, o presidente do Deutsche Bank comunicou a Pastore que a montagem do jumbo de US\$ 6,5 bilhões "é um fato encorajador e nenhum banco responsável pode retirar-se do atual processo de estabilização, que ainda deve perdurar por alguns anos".

O Banco Central não forneceu a cópia da correspondência de Guth e sim trechos da mesma, através de nota para a imprensa. Após os seus esclarecimentos o banqueiro alemão só faz a ressalva de que o Brasil precisa mudar o estilo de renegociação da dívida: "A recente experiência demonstra que o atual método de levantar recursos de curto prazo não pode continuar indefinidamente, e, como o apoio dos bancos precisa ser preservado, sugeri, caso se faça necessário, que se considerem possíveis alternativas como opção para a participação dos bancos". Em resumo, o Deutsche desaprova mesmo a política brasileira de recorrer a sucessivos jumbos para fechar todo ano o balanço de pagamentos do país.